

LEVIN, yuval. (2017), *O grande debate*: Edmund Burke, Thomas Paine e o nascimento da direita e da esquerda. Rio de Janeiro: Record, 294p.

O livro *O Grande Debate: Edmund Burke, Thomas Paine e o nascimento da direita e da esquerda*, publicado pela primeira vez nos Estados Unidos em 2013, de Yuval Levin, PHD em Filosofia pela Universidade de Chicago, trata do debate político entre dois proeminentes pensadores do século XVIII: de um lado, o britânico Edmund Burke (1729-1797) com seu pragmatismo e sua defesa da estabilidade política, e do outro, o inglês Thomas Paine (1737-1809), um dos expoentes do pensamento liberal humanista e um dos pais fundadores dos Estados Unidos, com sua intransigência na defesa das sociedades reescreverem sua própria história a partir de rupturas. Estruturado em sete capítulos, o livro discorre sobre conceitos fundamentais do pensamento político entre os dois autores à luz do debate mais amplo do século das revoluções.

Levin defende que conhecer o debate Burke vs. Paine é fundamental para entender algumas questões do debate político contemporâneo, assim como o germe do nascimento da moderna direita e esquerda nos Estados Unidos, sendo os dois autores de suma importância nas ideias que configuram o Partido Republicano – Burke – e o Partido Democrata – Paine:

“Edmund Burke e Thomas Paine viveram em uma era definida por uma sucessão aparentemente interminável de intensas crises políticas e ambos estiveram profundamente envolvidos em muitas delas, tanto como pensadores quanto como atores. Nesse processo, expuseram uma visão de mundo e, especialmente, uma maneira de pensar sobre a mudança política. Em alguns aspectos importantes, Burke e Paine estabeleceram os primórdios da direita e da esquerda, respectivamente” (LEVIN, 2017, p. 11).

Assim, os dois autores representam variadas formas do pensamento político e tornaram-se tão caros à ciência política contemporânea ao tratarem sobre a mudança política, direitos naturais e direitos do cidadão, república representativa, monarquia, liberdade e/ou igualdade.

1. Contexto histórico

Ambos produziram seus textos e reflexões na “era das revoluções” (HOBBSAWN, 2014), com a Revolução Americana (1776) e a Revolução Francesa (1789) como principais expoentes das transformações políticas do século XVIII. Tais eventos estabeleceram muito dos conceitos, termos, divisões e argumentos que definem o debate e o pensamento político contemporâneo.

Se a Revolução Americana forjou o ideal de uma nação que personificava o ideal do iluminismo, a re-

volução na França iniciou verdadeiramente a busca moderna por progresso social através da ação política inflexível: a reconstrução do mundo e da história. Por motivos diferentes, os autores concordaram sobre o direito à independência dos Estados Unidos em relação à Inglaterra. Se para Burke o direito à independência foi um direito legítimo do povo norte-americano pela pouca prudência e prescrição do governo inglês, dois conceitos-chave no pensamento do autor irlandês, Paine defendeu o direito à independência baseado em suas crenças nos princípios do iluminismo e no consentimento dos governados como principal característica da manutenção da ordem na sociedade política.

Em *Caminhos para a Modernidade* (2004), a historiadora norte-americana Gertrude Himmerfalb aborda as diferentes concepções filosóficas que caracterizam o iluminismo, um movimento amplo e heterogêneo. Enquanto a “sociologia da virtude” (HIMMERFALB, 2011), o movimento iluminista britânico, caracterizava-se pela benevolência, compaixão e solidariedade, recusando mudanças drásticas e rupturas sociais, defendendo o aperfeiçoamento social, o iluminismo francês aparece como defensor do homem novo, da ruptura e da regeneração da espécie humana frente às injustiças sociais, na visão da autora. Deste modo, Burke, herdeiro de um iluminismo moderado, valorizador da experiência prática, e Paine, defensor das rupturas na construção de uma nova sociedade, expressam as nuances filosóficas do movimento político e intelectual.

A Revolução Francesa opõe radicalmente Burke e Paine: Burke a critica – sendo um dos primeiros pensadores hostil ao acontecimento, enquanto Paine a exalta, tendo como norte os princípios universais do iluminismo e a revolução como o prenúncio de uma nova era na humanidade: a era da razão, em que toda a tirania e regimes políticos injustos dariam lugar à nova história e à liberdade humana; como observador ativo do evento na França, Paine desenvolve um pensamento político simpático a revoluções.

Em um século com movimentos marcantes, o contexto histórico das revoluções burguesas foi fundamental no pensamento político dos dois autores e ambos são atores do processo: Burke, enquanto parlamentar e envolvido nas questões do governo inglês, e Paine, como representante *in loco* das revoluções nos EUA e na França.

2. Burke olha para trás; Paine para frente

No decorrer dos sete capítulos do livro Levin defende que o cerne do debate político entre Burke e Paine é a mudança política, isto é, a questão da busca pela justiça e o papel da estabilidade nas mudanças sociais.

Pablo dos Santos Martins

Graduando em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense – UFF.

Contato:

<pablobotafoguense@hotmail.com>

Para Paine a natureza, que funda o pensamento político do indivíduo, é a condição que precede todos os arranjos sociais e políticos, e por isso é a garantidora dos direitos já que todo homem nasce em liberdade, para Burke – em oposição direta a Paine – a natureza do homem não é livre e tampouco garante direitos, já que “uma sociedade não pode ser baseada em direitos que só existem fora da sociedade” (LEVIN, 2017, p. 58).

2.1 Mudar sem romper

Burke não era avesso às mudanças sociais como algumas ideias podem demonstrar, mas a mudança social com estabilidade está no âmago de suas ambições, segundo Levin. A estabilidade social não é uma forma de estagnação, mas uma maneira para pensar sobre a mudança e a reforma, sobre a dinâmica da política. Assim, a revolução mostra-se perigosa, pois, além de permitir o despotismo das massas em nome da justiça, tende a “reiniciar do zero” [palavras minhas] e abandonar ou destruir toda uma herança social (leis, propriedades, religião e instituições), sendo a prudência nas mudanças sociais a primeira das virtudes políticas necessárias ao homem. A partir disto, é necessário construir modificações sobre formas sociais existentes.

Um dos conceitos fundamentais para entender a forma da mudança política em Burke é o conceito de prescrição, que significa o respeito e a preservação da ordem política como a herança que as gerações passadas legaram às sociedades do presente. Portanto, uma reforma dentro dos parâmetros institucionais oferece condições para “melhorar ou corrigir, mas nunca começar do zero” (LEVIN, 2017, p. 92).

Desta forma, sua atitude de veneração à constituição inglesa – não apenas o documento legal, mas todo o arranjo social inglês – e sua defesa do equilíbrio político após a Revolução Gloriosa de 1688, que equilibrou o poder entre a monarquia e o parlamento, é uma defesa da estabilidade política e da moderação. Em seu livro *Reflexões Sobre a Revolução em França* (1790), Burke diz: “[...] o povo da Inglaterra sabe muito bem que a ideia de herança fornece meios seguros de conservar e transmitir, sem excluir os meios de melhorar (BURKE, 1997, p. 69)”. Assim, para Burke, a revolução de 1688 em seu país foi fruto não de um surto revolucionário, como o evento francês, mas um processo de amadurecimento histórico e assentamento de uma nova ordem a partir de condições já existentes.

O autor britânico, para Levin, se opõe ao pensamento iluminista radical, que contemplava a política como manifestação da razão. De acordo com Burke, a política é o reino da virtude ativa (ação humana) e não da virtude contemplativa (pensamentos e teorias abstratas). Por isso o bom hábito de opinião ou ação formado pelo longo uso social e transmitido pela tradição é importante e deve ser respeitado e exaltado. A constituição inglesa é a garantia da estabilidade social e dá ao governo o direito de restringir as paixões humanas e é a máxima garantidora da liberdade. O poder não deve ser legitimado pelo consentimento dos governados, como na visão liberal, mas pela capacidade do próprio controle do excesso de poder do governo sobre ele mesmo e sobre a sociedade.

2.2 Para o novo nascer, o velho deve perecer

Em Paine há uma visão utilitarista do contrato social – tendo como influência autores contratualistas como o inglês John Locke. Todos os homens nascem iguais e são iguais, com direitos naturais anteriores à sociedade, e esta deve garantir aos indivíduos o pleno desenvolvimento de suas habilidades e potencialidades. Com isso, regimes políticos que cerceiam a liberdade do desenvolvimento dos indivíduos são injustos e o direito à resistência é justificável, pois os governos humanos devem se basear no consentimento e são contratos, sendo Paine um defensor do presente.

Como as hierarquias sociais não têm fundamentação natural, já que os homens são livres, todo poder precisa ser legitimado. Neste sentido, Paine entende que a democracia representativa é a forma de governo mais alinhada à natureza humana e manifesta um enorme repúdio às monarquias hereditárias, vistas como usurpadoras do poder já que não eram legitimadas e estabeleciam-se pela força.

Escrevendo sobre o que chama de “era da razão”, a era em que os povos se sublevaram contra as injustiças sociais, o apelo de Paine à natureza humana é um apelo à justiça, defende Levin. Paine, como um liberal, não é um nivelador da propriedade – que ele julga que sempre será desigual, mas da autoridade política e do poder dos homens sobre outros homens. Em textos como *Os Direitos do Homem* (1791), o autor inglês frisa a necessidade de preceitos precederem as instituições políticas. Ao contrário da política como exclusivamente restrita à ação humana, como na visão de Burke, Paine enxerga a atividade política como excepcionalmente intelectual. Assim, a era das revoluções aparece como defensora dos princípios racionais na vida política e Paine manifestou uma opinião favorável aos movimentos revolucionários nos EUA e na França, com estes dois eventos, sobretudo a Revolução Americana, demonstrando que bons princípios, os do liberalismo iluminista, geram bons governos.

Com uma visão sempre voltada para o presente, Paine entendia que as revoluções “reiniciavam” a história e eram formas de estabelecer a justiça, já que sistemas ruins não podiam ser reformados – e neste ponto ele debate diretamente com as ideias de Burke, mas sim reiniciados a partir de novos princípios.

2.3 A síntese do debate

No sétimo capítulo do livro, *A Geração e os Vivos*, Levin sintetiza o pensamento político dos dois autores. Sendo a mudança política e o que ser preservado da ordem antiga o cerne do debate entre os dois autores. Sobre Burke, o autor escreve:

“[...] mas daquilo que herdaram de seus antepassados, que trabalharam para defender esses direitos, assim como os membros dessa nova geração devem fazer por si mesmo e sua posteridade. Ao defender as realizações acumuladas do passado, contudo, ele defende não apenas as relações sociais e a Liberdade ordenada, mas também precisamente o tipo de propriedades e privilégios herdados a que Paine se opõe” (LEVIN, 2017, p. 236).

Sobre Paine:

“Para Paine, a disjunção entre os princípios permanentes da política e as realidades herdadas da vida social e política exige uma transformação revolucionária – um rompimento com o passado para alinhar o real ao ideal tornado conhecido pela razão” (LEVIN, 2017, p. 236)

3. Atualidades

Nos séculos posteriores, Paine foi reivindicado por movimentos trabalhistas, abolicionistas e progressistas na Grã-Bretanha, enquanto Burke é reivindicado pelos conservadores reformistas – expressão de Levin. Com isso, os dois autores permanecem influentes no cenário político do mundo anglo-saxão e nos dois principais partidos políticos dos EUA.

Na conclusão do livro, Levin defende que, apesar das divergências políticas em relação a eventos-chave do século XVIII, Burke e Paine são partes de um debate mais amplo e foram expoentes de uma mesma corrente de pensamento: o liberalismo moderno e suas nuances. Tal liberalismo pode ser dividido em duas partes:

- 1) O liberalismo progressista de Paine, um conjunto de princípios descobertos pelos filósofos iluministas; ou
- 2) Cultura viva sob herança de incontáveis gerações, como manifestado no liberalismo conservador de Burke.

Um liberalismo a ser levado e feito através de princípios universais ou um liberalismo de valorização prática a ser fortalecido e aperfeiçoado? A igualdade é contrária à liberdade ou é possível conciliar dois conceitos de grande preocupação para o pensamento liberal?

Com seus efeitos sobre as origens e ideias por trás dos dois grandes partidos políticos norte-americanos, a natureza dos pensamentos de Burke e Paine ainda está em debate, já que setores mais à esquerda tendem a infundir ideias socialistas ao pensamento de Paine – estranhas ao autor, enquanto conservadores mais radicais tendem a tornar o pensamento de Burke ainda mais conservador, segundo Levin. Entre tais debates:

“A tensão entre essas duas disposições resume algumas questões muito básicas: nossa sociedade deve ser capaz de responder às demandas de inflexíveis e abstratos compromissos com ideais como a igualdade social ou aos padrões de suas próprias e concretas tradições e bases políticas? O relacionamento dos cidadãos com a sociedade deve ser definido acima de tudo pelo direito de livre escolha do indivíduo ou por uma rede de obrigações e convenções não inteiramente de sua escolha? Os grandes problemas públicos são resolvidos mais satisfatoriamente por meio de instituições criadas para aplicar o conhecimento técnico explícito dos especialistas ou por meio daquelas que canalizam o conhecimento social implícito na comunidade?” (LEVIN, 2017, p. 240).

No âmbito do Partido Democrata, conforme Levin, o objetivo fundamental no pensamento de Paine, isto é, libertar o indivíduo das obrigações impostas a ele por seu tempo, seu lugar e suas relações com outros homens, faz-se presente e essencial para a esquerda americana. Na questão social, a esquerda contemporânea tende ao coletivismo material, influenciada pelo legado da social-democracia europeia, e ao individualismo moral, indo de encontro aos textos tardios de Paine, em que a proposta de um Estado de bem-estar social é abordada, com influência direta no pensamento progressista. Já o Partido Republicano ainda reivindica o legado de Burke ao ressaltar o comprometimento com a continuidade geracional e recusar a ruptura como forma de mudança social. Porém, na realidade política, muitas vezes a influência dos dois pensadores no debate partidário confunde-se:

“[...] o papel de Paine na Revolução Americana, por exemplo, atraiu a atenção de alguns conservadores americanos que enfatizaram os elementos de sua visão de mundo com que concordavam. Ninguém menos que o grande ícone da direita americana, Ronald Reagan, aceitou a nomeação do Partido Republicano para a presidência, em 1980, lembrando a seus apoiadores a insistência de Paine na transformação das instituições governamentais falhas. A ênfase de Burke no gradualismo, por sua vez, foi evocada por alguns liberais contemporâneos preocupados em resistir a transformações dramáticas no Estado de bem-estar social. Ninguém menos que o ícone da esquerda americana, Barack Obama, supostamente se descreveu como seguidor de Burke, disposto a evitar mudanças súbitas” (LEVIN, 2017, p. 239).

A influência dos dois pensadores em questões contemporâneas da sociedade norte-americana pode ser vista nos debates sobre a saúde, contas públicas e justiça social, para Levin. Como ambos concordavam que o desafio do estadista é o de governar a mudança para benefício da sociedade, seus textos ainda indicam caminhos para lidar com necessidades reais das sociedades contemporâneas. A questão da desigualdade social, que cresce nos Estados Unidos e em todo mundo, deve ser melhorada via mudanças graduais na distribuição da renda ou uma nova forma de organizar a economia política deve ser adotada para enfrentar tal problema?¹ Como explicar se movimentos como o *Occupy Wall Street* e similares – questionadores da concentração de renda no 1% mais rico da sociedade – são legítimos ou aconteceram por que as práticas reformistas falharam? A *Make America Great Again*, slogan político de Donald Trump, é uma volta às mudanças graduais ou uma transformação radical da forma como os norte-americanos tradicionalmente fizeram sua política?

Por fim, Levin indica que ler os clássicos é sempre necessário para compreender questões atuais e a validade das mesmas:

“As questões práticas que os dividiram e modelaram suas variadas explorações teóricas e argumentos começaram com essa realidade básica. Mas para que fins, e por que meios, as pessoas devem alterar seus

¹ Nas eleições presidenciais de 2016, as primárias do Partido Democrata indicavam um debate mais próximo de Burke e Paine: Hillary Clinton defendia uma melhoria da distribuição de renda de forma mais conservadora, enquanto Bernie Sanders atacava a desigualdade propondo uma maior intervenção do Estado, o que lhe rendeu a alcunha de “socialista” por parte de alguns setores da sociedade norte-americana.

arranjos políticos e culturais? O debate entre Burke e Paine pode não oferecer uma resposta final, mas oferece um compromisso incommumente intenso e sério com uma questão que ainda precisamos confrontar. Em nossos argumentos políticos cotidianos, ouvimos ecos de um debate mais profundo que facilmente tomamos por remanescentes do argumento entre capitalismo e socialismo ou por débeis precursores de um há muito previsto conflito final entre o tradicionalismo religioso e o cosmopolitismo secular. Mas é mais provável que esses ecos sejam, de fato, lembranças da discordância definidora do liberalismo moderno. Essa discordância ga-

nhou uma voz inicial e extraordinariamente clara com Edmund Burke e Thomas Paine e se torna muito mais fácil de compreender quando prestamos atenção ao que eles têm para nos ensinar” (LEVIN, 2017, p. 246).

Ao invocar o debate político de dois intérpretes do século XVIII e trazê-lo para a contemporaneidade a grande questão implícita no livro de Levin – que se identifica com o pensamento conservador – penso eu, é a natureza do conflito político: quando reformar e/ou quando romper?

Referências Bibliográficas

BURKE, Edmund. (1997), *Reflexões sobre a revolução em França*. Brasília, Editora Universidade de Brasília.

HIMMELFARB, Gertrudes. (2011), *Os Caminhos para a Modernidade: os iluminismos britânico, francês e americano*. São Paulo, É Realizações.

HOBBSBAWN, Eric J. (2014), *A Era das Revoluções 1789-1848*. São Paulo, Paz e Terra.

LEVIN, Yuval. (2017), *O Grande Debate: Edmund Burke, Thomas Paine e o nascimento da direita e da esquerda*. Tradução de Alessandra Bonruquer. Rio de Janeiro, Editora Record.

PAINE, Thomas. (2005), *Os Direitos do Homem*. São Paulo, Edipro.